



Vol. 18, nº 1 (2020)

DOI: 10.30681/issn22379304v18n01/2020p197-208

**LITERATURA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA – DA LEI A
SUA APLICABILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**AFRO-BRAZILIAN LITERATURE AND CULTURE - FROM THE
LAW TO ITS APPLICABILITY IN BASIC EDUCATION**

Débora Cristine Pereira de Arruda¹
Edivaldo da Costa Marques²
Agnaldo Rodrigues da Silva³

Recebimento do texto: 17/03/2020

Data de aceite: 20/04/2020

RESUMO: Este artigo propõe uma discussão sobre o ensino da literatura e cultura afro-brasileira no Brasil, considerando a região de Mato Grosso. O estudo visa construir um diagnóstico sobre o trabalho com o tema nas escolas públicas da educação básica, a fim de identificar a dimensão que os conteúdos atingem nas ementas das disciplinas do projeto político pedagógico dos estabelecimentos educacionais. Inicialmente, a análise e reflexão estarão pautadas em estudos bibliográficos e, a posteriori, envolverá um estudo de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e cultura afro-brasileira; Literatura e ensino; História e cultura brasileira.

ABSTRACT: This article proposes a discussion on the teaching of Afro-Brazilian literature and culture in Brazil, considering the region of Mato Grosso. The study aims to build a diagnosis about the work with the theme in public schools of basic education, in order to identify the dimension that the contents reach in the subjects of the subjects of the political pedagogical project of educational establishments. Initially, the analysis and reflection will be based on bibliographic studies and, a posteriori, it will involve a field study.

KEYWORDS: Afro-Brazilian literature and culture; Literature and teaching; Brazilian history and culture.

¹ Bolsista FAPEMAT/ UNEMAT e integrante do Projeto de pesquisa “Ensino de literaturas e culturas africanas e afro-brasileira na educação básica e superior em Mato Grosso”, coordenado pelo Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva, com apoio do CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos da Cultura e da Literatura Comparada UNEMAT/ CNPq. E-mail: debora.cristine14@hotmail.com

² Bolsista CNPq/ UNEMAT e integrante do Projeto de pesquisa “Ensino de literaturas e culturas africanas e afro-brasileira na educação básica e superior em Mato Grosso”, coordenado pelo Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva, com apoio do CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos da Cultura e da Literatura Comparada UNEMAT/ CNPq. E-mail: edivaldomarques3@gmail.com

³ Doutor da UNEMAT. Coordenador do Projeto de Pesquisa “Ensino de literaturas e culturas africanas e afro-brasileira na educação básica e superior em Mato Grosso”, com apoio do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos da Cultura e da Literatura Comparada. E-mail: agnaldosilva2001@uol.com.br



Literatura e ensino

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) apresenta a escola como um caminho para a construção da cidadania, prezando pelo trabalho coletivo nos estabelecimentos que compõem o sistema da educação brasileira. Como uma das diretrizes defende-se que os conteúdos trabalhados façam parte do contexto do aluno, para que haja a percepção da importância dos assuntos que integram o currículo escolar. Desse modo, “a concepção da área evidencia a natureza dos conteúdos tratados, definindo claramente o corpo de conhecimentos e o objeto de aprendizagem, favorecendo aos alunos a construção de representações sobre o que estudam” (BRASIL, 1998).

É crucial que as literaturas façam parte da realidade dos discentes, pois somente assim eles poderão reconhecer a importância do ato de ler no ambiente escolar. A formação do leitor pressupõe a convivência com o material de leitura, bem como o incentivo da família e das instituições, sejam elas sociais, educacionais ou culturais. O material literário é rico em substrato humano, pois a criação poética ou ficcional é uma representação do mundo em que vivemos e das pessoas com as quais convivemos. O tema da afro-brasilidade, por exemplo, pode ser um elemento do componente curricular da área de língua portuguesa, a ser trabalhado também no objeto literário. São inúmeros os autores e obras que poderão embasar esse trabalho, nas diversas séries da educação básica. A literatura, portanto, pode ser um instrumento para produção de outros saberes, pois o seu alcance permeia as diversas áreas do conhecimento cultural, social, linguístico,



econômico, histórico e político. É também uma das ferramentas mais necessárias e utilizadas para ressignificar a vida e aliviar a objetividade do mundo.

Um desafio no ensino

Um dos maiores desafios na sala de aula tem sido fazer com que o trabalho que envolva a leitura seja produtivo, principalmente quando se envolve atividades literárias com o texto de escrita criativa. Para se trabalhar a literatura afro-brasileira, além do conhecimento histórico e sociológico da cultura brasileira, é necessário o conhecimento sobre a história da África e dos africanos, a fim de que se formule uma consciência da contribuição desses agentes na cultura brasileira. Considerando-se a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática voltada à história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica brasileira, as pesquisas sobre o tema tornaram-se latentes e, sem dúvida, importantes no contexto nacional.

Nessa direção, os projetos de pesquisa bibliográfica e campo são sempre bem-vindos, tendo em vista que os resultados contribuem com o redimensionamento da questão, visitando e avaliando a aplicabilidade da lei, assim como os mecanismos pelos quais o ensino da temática é executado. Mesmo diante da negação histórica que se teve sobre a contribuição dos africanos na histórica e cultural nacional, é preciso recuperar e reforçar os aspectos fundamentais da presença do negro africano na construção da brasilidade, bem como sua contribuição na tradição do país, nos seus diversos setores. É interessante recuperar Bosi (1992) e Freire (1980) quando eles afirmam que a cultura brasileira é fruto da miscigenação ocorrida durante o processo de colonização, iniciada no século XVI, com a



chegada dos portugueses naquilo que denominavam de Novo Mundo, bem como a posterior chegada dos africanos no país.

Nesse processo, houve a fusão entre a cultura do nativo (índio) e do europeu (português), ocasionando atitudes que desenvolveram as relações de poder que são próprias dos processos de colonização, em que há claramente a presença do dominador e daqueles que são dominados (subalternizados). À *posteriori*, com a vinda dos negros africanos, mais um elemento somou-se na construção da identidade brasileira, formando o que Mário de Andrade bem metaforizou em *Macunaíma*, pois, essa obra apresenta um protagonista que traz elementos das três culturas: índio, branco europeu e negro africano. Sousa *et al* (2018), ao indicar aspectos históricos e socioculturais, registra que

o Brasil mantém uma constante relação dialógica com o continente africano, uma vez que, os processos históricos e socioculturais de formação estabelecidos em ambos os territórios estão interligados. Fenômenos como o período colonial e a “diáspora negra”, por desenvolver um fluxo de pessoas e distintas culturas entre essas nações promoveu a miscigenação e o multiculturalismo da população brasileira, conseqüentemente, isso contribuiu para um contato transnacional que compôs de uma nova identidade, ou seja, resultante da soma entre povos de diferentes etnias surge uma população mestiça, essa equação também influenciou simultaneamente os aspectos locais referentes à cultura de cada região (p. 02).

As questões históricas elencadas acima indicam a necessidade de estudos sobre a presença da cultura africana na formação da brasileira, nos diversos âmbitos, tais como a literatura, pintura, escultura, arquitetura, dança, música, entre outros. Desse modo, será abordado como se dá o funcionamento do trabalho em sala de aula, seus resultados, e também as problemáticas existentes no ensino.



A importância de Lei e do estudo da cultura afro-brasileira

A lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, pois incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Africana” no currículo oficial da Rede de Ensino, formalizando significativas mudanças no trato sobre a questão. Essa lei é o resultado de uma grande luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro.

A disposição da lei indica que a temática poderá ser trabalhada em conteúdos programados e distribuídos entre as disciplinas do currículo, aos quais devem versar sobre a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a formação da sociedade nacional, e demais aspectos pertinentes à história do Brasil. A lei procura dialogar com a sociedade, recuperando a história e o percurso do negro no país e, com isso, conduz o professor a formação específica no assunto, sendo necessária a leitura de textos teóricos, críticos e criação literária (poesias, contos, romances, teatro, crônica, etc). Rolon (2011), no seu artigo intitulado “O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no curriculum escolar brasileiro: algumas considerações” observa que

Após a obrigatoriedade da lei, o quadro que se coloca é o de resistência por parte dos professores em trabalhar tais conteúdos. Muitos profissionais sentem dificuldade em abordar os temas relacionados à história e à literatura africana, alegam a falta de uma formação adequada a respeito de como introduzir esses conteúdos e apontam também a falta de capacitação e material didático específico.

O mercado editorial brasileiro, mesmo ciente da importância da lei para estimular crianças e jovens a conhecer a matriz africana de nossa cultura, possui um número muito restrito de publicações voltadas à obra ficcional de autores africanos de língua portuguesa. As grandes redes de livrarias dispõem de poucos títulos, em algumas redes os títulos disponíveis são



Vol. 18, nº 1 (2020)

encomendados de Portugal e, além do alto valor do frete, a entrega demora vários dias. (p. 131-132).

Consideremos que nove anos se passaram, porém a realidade não se distancia muito daquilo que Rolon diagnosticou no artigo acima mencionado. No entanto, uma questão é fundamental, ou seja, para falar sobre a cultura afro-brasileira e africana primeiramente é necessário conhecer um pouco sobre a história da África, dos africanos e “de onde vieram grandes contingentes de escravizados aportados no Brasil”, assim como os destinos tomados, a partir de suas chegadas ao país; conhecer também a trajetória, a história do negro no Brasil e sua presença da literatura afro-brasileira no sistema literário nacional e mundial. Torna-se, então, uma busca necessária do professor sobre bibliografias sobre o tema, a fim de que este possa melhor conduzir o seu trabalho em sala de aula. É preciso salientar que a literatura na sala de aula tornou-se cada vez mais escassa, a partir da exclusão da disciplina do currículo da educação básica.

São raros os professores de língua portuguesa que realmente privilegiam o texto literário, desenvolvendo um trabalho com um olhar sobre a criação e não meramente as práticas linguísticas voltadas à gramática. No entanto, o profissional criativo, para desenvolver os temas da literatura e cultura afro-brasileira, poderia explorar os textos de criação, pinturas, músicas, danças, filmes, entre outras opções que podem enriquecer o trabalho e atrair o aluno para o assunto. Ao passo que na literatura brasileira há um grande volume de textos, nos diversos gêneros, que apresentam o negro de maneira estereotipada, podem ser também encontradas exemplaridades que permitem um trabalho crítico e desafiador de combate ao racismo e preconceito. No texto “Literatura afro-brasileira e negritude – uma experiência de leitura”, Costa (2009) faz uma discussão



interessante sobre as obras que se encontram no cânone e que podem ser fontes de um trabalho pertinente. A autora frisa:

Por outro lado, também é possível de identificar na produção literária nacional, das mais diversas épocas, uma série de textos literários que põem em foco não só a ideia de ruptura com o modo de pensar até então quanto à condição do negro, como ainda veiculam o tom de denúncia por meio de uma posição declaradamente assumida com o processo de afirmação e consciência da busca de uma revalorização e afirmação cultural da cultura do negro e, conseqüentemente, de sua valorização histórica e individual, aspectos recorrentes na obra de escritores como Castro Alves (*O navio negreiro*), Jorge de Lima (*Essa negra fulôl*), Cruz e Sousa (*O emparedado*); Josué Montelo (*Os tambores de São Luís*), entre outros (Ibidem, p. 143).

Percebe-se que falar sobre a literatura e cultura afro é bem mais do que falar sobre uma história que foi registrada pelos vencedores, é, pois, falar sobre sangue, família, lutas, conquistas e também barreiras. Por isso, é crucial que o aluno tenha a consciência da importância do negro no contexto brasileiro, bem como de sua contribuição para a formação histórica e cultural país. Contudo, esse trabalho na sala de aula não deve constituir somente obrigação, mas momentos de prazeres e curiosidades positivas. Um trabalho responsável poderá contribuir com a construção de um país com menos desigualdades e preconceitos, assim como o cultivo do respeito e da igualdade racial.

O olhar do Brasil para a África

A África é um continente rico em diversidade cultural, porém associado, muitas vezes, à pobreza, doenças e mortes. O desconhecimento da história, geografia, sociedade e política dos povos africanos promove um



olhar distorcido de muitos brasileiros, a respeito de aspectos cruciais daqueles 54 países que por longas décadas estiveram sob o domínio das potências europeias. No século XIX, muitos racialistas defendiam a existência da hierarquia intelectual entre as raças, como afirma Figueiredo: “usamos o termo racialismo para nos referir à noção de que a humanidade está dividida em raças que detêm características físicas e psicológicas claramente distintas” (2011, p.11).

Muitos deles (racialistas) acreditavam que tais diferenças eram geradas por um “atraso cultural”; outros defendiam que os limites intelectuais existentes eram determinados pelo sangue e que a única solução dessas raças seria o extermínio ocasionado pelas raças mais fortes. Desse modo, os europeus não aceitavam que os africanos pudessem refletir sobre sua cultura de uma forma crítica, para eles os negros serviam apenas para trabalho braçal. Como se pode conferir na história oficial de muitos povos, os negros africanos e de outras nacionalidades foram (e continuam sendo) marginalizados, subalternizados, sob as hipócritas justificativas que nada mais são do que sentimentos de racismos.

Com isso, a ideia do homem de cor esteve firmada por muitos discursos que construiu uma ideologia que posicionou o negro africano na base da pirâmide hierárquica racial; assim, o afro-brasileiro também se enquadrou na concepção dada à raça negra de que o preto é um humano pouco desenvolvido, um contrassenso que justificou a escravidão e exploração de uma raça (branca) sobre a outra (negra). Na trajetória de colonização e suas consequências, o negro africano se via na necessidade de procurar seu embranquecimento, por meio de relações sociais, na tentativa de europeização da raça e garantia de melhor tratamento social, cultural e político. Nessa direção, contextualiza Fanon (2008):



Começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco (Ibidem, p. 94).

As ideias de Fanon contribuem para uma reflexão sobre as relações entre o colonizador e o colonizado, em ações em que o dominador vence psicologicamente o dominado, submetendo-o à posição de subordinado. Em *Pele Negra Máscaras Brancas* (2008) o autor dimensiona essas posições e questiona o fato de que na África do Sul cerca de treze milhões de nativos se sentirem subalternizados diante de dois milhões de brancos, sendo que “nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a um branco minoritário” (p. 90). Quando se refere à Martinica, sua terra natal, Fanon afirma que

um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja; como o diz tão bem Mannoni: ‘Ele será endeusado ou devorado’. O colonizador, se bem que “em minoria”, não se sente inferiorizado. Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor (Ibidem, p. 90).

Sobre a questão, Albert Memmi (1977) faz um trabalho fundamental que coloca em discussão o retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador, ou seja, as relações de poder (superioridade e inferioridade) movidas pelas sendas do psicológico. “Os agentes da autoridade”, afirma Memmi, “funcionários, caides, policiais, etc., recrutados entre os colonizados formam uma categoria que pretende escapar à sua condição política e social”. Isso significa que “ao decidirem se pôr a serviço do colonizador e defender exclusivamente os interesses deles, acabam adotando



sua ideologia, mesmo em detrimento do próprio grupo e de si mesmos” (Ibidem, p. 49). Nessa perspectiva de Memmi, cria-se certa mitificação, em que os colonizados beneficiários, logrados a ponto de aceitar o injusto sistema, defendendo-o ou resignando-se a ele, tende a viver o desprezo perante a compensação sobre a própria miséria.

A literatura e cultura afro-brasileira

O estudo sobre a literatura e cultura afro-brasileira no ensino público ainda é trabalhada de forma aleatória, sem um planejamento coerente e pontual, exceto raros professores que elaboram suas disciplinas com conteúdos sobre a temática ou, às vezes, desenvolvem projetos pedagógicos e culturais com enfoques históricos sobre a população negra no Brasil, assim como os produtos literários e culturais por ela gerados. É muito comum observar trabalhos superficiais que se apoiam naqueles conhecimentos comuns em que o negro e a cultura afro estejam localizados apenas na época do Brasil colonial, como se depois disso não houvesse uma evolução social, cuja população tenha conquistado o seu lugar na sociedade (mesmo que as lutas ainda sejam difíceis nos dias atuais). Isso revela o desprezo pela questão história e sociocultural, demonstrando que os conceitos e pré-conceitos continuam vigentes na sociedade contemporânea. No livro *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação infantil*, encontra-se a seguinte afirmação:

No Brasil, são incontáveis os estudos que afirmam essa presença de elementos culturais africanos recriados em nosso contexto histórico, social e cultural. É também notório como tal movimento intercontinental, intercultural e inter - étnico permeia a vida, os modos de ser, os conhecimentos, as tecnologias, os costumes, a musicalidade e a corporeidade dos



Vol. 18, nº 1 (2020)

outros grupos étnico-raciais que conformam a nossa população.
(MEC/ BRASIL, 2014, p. 12)

Esse material do Ministério da Educação do Brasil afirma também que, apesar de ser uma realidade no Brasil, o racismo se faz presente pela desigualdade, nas ações cotidianas e na produção do conhecimento. Nesse material, pode-se encontrar um breve planejamento para um trabalho que siga um percurso que se inicie na educação infantil e caminhe para séries posteriores. Há depoimentos de docentes que valem à pena ler e, a partir deles, repensar algumas práticas do dia a dia na sala de aula como, por exemplo:

Vários de nós, professores e professoras, temos histórias para contar sobre o silenciamento a respeito da África e sobre a questão afro-brasileira em nossos cursos de formação inicial. Carregamos marcas do tempo da educação básica, quando docentes e colegas manifestavam preconceitos e realizavam práticas discriminatórias em relação aos negros (MEC, 2014, p. 12-13).

Falar sobre os africanos e os afrodescendentes não se trata apenas de um trabalho burocrático-normativo, mas sim de um processo histórico e político, resultado de lutas e reivindicações pelos avanços da temática na legislação brasileira. No entanto, parece-nos que a lei não é cumprida como se deveria, com um trabalho mais efetivo em todas as séries da educação básica. E por que não superior? Uma coisa é o Projeto Político Pedagógico das escolas registrarem o trabalho com a temática, outra é o efetivo trabalho dos professores nas suas disciplinas que, afinal, têm feito vistas grossas a tal obrigatoriedade.



Referências

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FREIRE, Gilberto. Casa – Grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- LEI FEDERAL nº. 10.639/03. Brasília: MEC.
- MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SOUSA, Ângela Roberta Carneiro. “Ensino de literatura africana e afro-brasileira para desenvolvimento da formação do cidadão”. **Sinafro**, s/l, 2018.
- ROLON, Renata Beatriz Brandespin. “O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no curriculum escolar brasileiro: algumas considerações”. IN: SILVA, Agnaldo Rodrigues (Org.). **Revista Ecos**. Vol. 11. Cáceres: UNEMAT Editora, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Hist%C3%B3ria-e-cultura-africana-e-afro-brasileira-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-livro-do-professor.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2020, às 20 horas.
- COSTA, Maria Suely da. “Literatura afro-brasileira e negritude – uma experiência de leitura”. In: LIMA, Tânia; NASCIMENTO, Izabel; OLIVEIRA, Andrey. **Griots, culturas africanas: linguagem, memória, imaginário**. Natal: Lucgraf, 2009.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. História da África. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2011.